

Razão e emoção

EURIDES BRITO DA SILVA

Coincidentemente, neste período em que o Ministério da Educação lança o Plano de Valorização do Professor, conclamando estados e municípios a se juntarem na busca de uma solução para a questão salarial, recebo carta de minha professora primária, que, aposentada, ainda vive em nossa belém do Pará.

Na missiva, ela apela à ex-aluna para ajudá-la a resolver o seu maior problema: a falta de moradia. Hoje, aos 74 anos, com aposentadoria aviltante, — como aviltante foi sempre o seu salário de uma vida inteira dedicada ao magistério, formando gerações — ela está sendo despejada da casa onde reside por não poder pagar o aluguel.

Tentou participar de um programa habitacional, mas sem êxito, uma vez que o valor de sua aposentadoria e a idade não possibilitam sua aceitação em nenhum projeto dessa natureza.

E o que a professora quer de sua ex-aluna? Que eu a ajude a resolver a questão junto aos órgãos governamentais. Estou postergando responder à carta, porque não sei o que dizer à querida mestra. Aliás, sei o que dizer. O que não sei é co-

mo dizer. Não há como contornar o problema da falta de renda. Quanto à idade, para quem tem dinheiro, esta nunca foi um impeditivo, pois se o problema não pudesse ser resolvido através de projetos governamentais, o seria de outra forma.

A indagação que fica é: será esta a recompensa que o País dá a seus professores? Historicamente o País paga aos docentes salários aviltados. Já em 1864, Lafayette Coutinho Ribeiro, então presidente da Província do Ceará, tratando da caótica situação do ensino naquela região, dizia, em carta dirigida ao Imperador Pedro II: “Para mim é fora de dúvida que é na mesquinhez dos ordenados que está a causa primordial do lamentável atraso de instrução primária nesta como em outras províncias”. E, arrematava, categórico: “O indivíduo que se sente com certas habilitações, preferirá, de certo, mil outras carreiras que lhe abrem às esperanças largos horizontes à vida obscura do mestre escola que o sujeita a um trabalho penoso, inflinge-lhe, no presente, duras privações e promete-lhe, no futuro, a pobreza”.

Em um trabalho que fiz, em 1978, Projeto Educação do Senado

Federal, alertei para o fato de que “nenhuma reforma educacional terá êxito, se não estiver apoiada em dois condicionantes básicos: bom nível de preparo de seu magistério e condições funcionais que assegurem o exercício da profissão — dentre estas, destaca-se, por ser da maior relevância, a questão salarial”.

E aí vai ao governo do professor Fernando Henrique Cardoso uma sugestão, no momento em que as autoridades municipais, estaduais e o Governo Federal irão discutir o Plano de Valorização do Professor: por que não criar também um projeto que facilite ao professor do ensino fundamental a aquisição da casa própria? Quantos não são aqueles que, tendo apenas o magistério como fonte de renda, na sua fase final de vida não se encontram em situação igual a da minha velha mestra?

Certamente, alguns dirão: é uma proposta emocional. Que o seja. Nem sempre a emoção é inimiga da razão.

■ A professora *Eurides Brito da Silva*, ex-secretária de Educação do GDF, é vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada